



Ata nº 03/2025/CONSEME

Aos sete dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se, de forma virtual por meio da plataforma Google Meet, o Conselho Municipal de Educação de Balneário Camboriú – CONSEME, para reunião extraordinária. Estiveram presentes os conselheiros titulares Anelise, David, Dayane, Elisete, Jessica, Leandro, Lívia, Marcos Antonio, Oséias, Suelen, Vanessa, Wilson e as suplentes Aldeneide e Simone. Justificaram suas ausências as representantes da Educação Especial e do Conselho Tutelar. Registrou-se a falta, sem justificativa, dos representantes das escolas particulares, do Rotary, dos estudantes e da Secretaria de Estado da Educação. A Presidente do CONSEME, Dayane Regina Masselai, deu início à reunião extraordinária, dando as boas-vindas aos presentes apresentando a pauta única sobre o parecer da Minuta de Lei Programa Educação Fiscal no município de Balneário Camboriú, enviado a este conselho no dia 05 de março pela professora Dra. Maria Ester Menegasso, Secretária de Educação de Balneário Camboriú. Em seguida, o Professor David Lima procedeu à leitura do parecer referente à proposta do Programa de Educação Fiscal, elaborado por ele e pelo Professor Marcos Antônio, que foi enviado previamente aos conselheiros para leitura prévia, que segue na íntegra: **PARECER Nº 006/2025. I - RELATÓRIO:** Este parecer analisa a proposta de implantação do Programa de Educação Fiscal no município de Balneário Camboriú (PEFBC), proposta encaminhada pela Secretaria de Educação deste município em 05 de março de 2025, em conformidade com a Portaria 413, de 31 de dezembro de 2002 - do Governo Federal - e o Decreto 239, de 03 maio de 2007 - do Governo do Estado de Santa Catarina. Foram examinadas a minuta de lei, a legislação concernente, artigos científicos publicados relacionados ao tema, a pertinência do programa para a realidade educacional do município e suas possíveis contribuições. **II - ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:** O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) é hoje uma ação interministerial que, na sua concepção, foi proposta pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) em 1995. A educação fiscal surgiu no Brasil como consequência de um movimento de reforma do Estado iniciado na década de 1990. Sua proposta inicial era chamar a atenção *“para a necessidade de que fossem desenvolvidas ações educativas para o cumprimento voluntário das obrigações tributárias, pelo cidadão”*. Em 1996 a Confaz realiza um seminário de Administração Tributária, na cidade de Fortaleza - CE, onde se insere o tema da Educação Tributária. Entre as conclusões deste seminário destacou-se: *“a introdução do ensino, nas escolas, do programa de consciência tributária é fundamental para despertar nos jovens a prática da cidadania, o respeito ao bem comum e a certeza de que o bem-estar social somente se consegue com a conscientização de todos”*. Em 1997 o Confaz cria um Grupo de Educação Fiscal (GEF) que, com o crescimento de sua abrangência, passa em 1999 a se denominar PNEF. Uma nova estrutura passa a ser definida com a publicação da Portaria 413/2002, em que enfim se aproximam, para desenvolver o programa e suas diretrizes, as pastas da fazenda e da educação, nas três esferas do governo. A gerência do programa, no entanto, permaneceu atrelada ao Ministério da Fazenda. Em Santa Catarina, como a temática consta no rol dos temas transversais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Fiscal foi pautada no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense. A Secretaria de Estado da Educação disponibiliza em seu sítio de internet materiais de apoio sobre o tema, composto por quatro cadernos, além de material pedagógico sobre o conteúdo para os professores. A minuta de lei do PEFBC vai ao encontro do que ocorreu no cenário nacional e estadual, partindo de uma



47 iniciativa da Secretaria da Fazenda, e não da Secretaria de Educação. A minuta possui dez
48 artigos, e pela exposição de sua concepção e objetivos, suas ações devem ultrapassar os
49 limites de atuação da Secretaria de Educação. Desta forma, procuramos neste parecer nos
50 atermos às implicações do programa no âmbito desta pasta. Entre seus artigos são
51 definidos o que é a educação fiscal, seus objetivos, a composição da equipe técnica e suas
52 atribuições, a origem dos recursos financeiros. O programa em muitos aspectos parece
53 pautar-se pelo documento base do Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF), de 2015,
54 com algumas características próprias. Entre essas características, destacamos a inversão
55 da lógica estabelecida no próprio documento base, de se realizar primeiramente o contato
56 junto ao Grupo de Educação Fiscal Estadual (GEFE), a sensibilização e familiarização com
57 o programa por meio de *“reuniões técnicas, exibição de vídeos, realização de palestras e*
58 *oficinas, dentre outras atividades. Esse esforço é dirigido a toda a sociedade civil:*
59 *educadores, alunos do ensino fundamental e médio, lideranças locais, conselhos escolares,*
60 *agentes públicos, autoridades dos Três Poderes”* para só então proceder a formalização e
61 adesão ao programa. Na minuta de lei pretende-se primeiro instituir o programa, terceiro
62 passo no documento base, e somente após isso realizar a sensibilização da importância do
63 tema. O próprio documento base apresenta problemas em sua concepção pedagógica. No
64 contexto do documento observamos que o mesmo se pauta sobre a teoria do “capital
65 humano”, a informação assimétrica e a busca de “igualdade” de oportunidades (ao invés da
66 equidade). Esses pressupostos vão de encontro ao que estabelece a proposta curricular de
67 Balneário Camboriú. Outro aspecto a se observar refere-se ao momento em que surge este
68 programa. Infelizmente, é de conhecimento dos profissionais da educação, e já foi relatado
69 neste conselho em reuniões anteriores, que a Educação em Balneário Camboriú passa por
70 um momento delicado, do ponto de vista estrutural, material, financeiro e pedagógico. São
71 necessários investimentos e ações rápidas e assertivas para melhorar as mais diversas
72 questões (ampliação do número de vagas, tecnologia e acesso à internet, reforço escolar
73 para os alunos com dificuldades de aprendizagem, ajustes do fluxo escolar e distorção idade-
74 ano, oferta de vagas na EJA para os estudantes migrantes e programas de formação
75 profissional, melhoria dos indicadores educacionais, entre tantas outras demandas). Não
76 parece oportuno, em face a tantos compromissos, assumir mais esta atribuição a rede
77 municipal de ensino. A própria forma com que este pretende ser introduzido pode gerar
78 resistências por parte dos educadores. Um terceiro aspecto relaciona-se de maneira direta
79 com um dos objetos da educação fiscal: a destinação dos tributos arrecadados. Para a
80 efetivação do programa, a minuta de lei aponta a necessidade de criação de um Grupo de
81 Trabalho do Programa de Educação Fiscal de Balneário Camboriú (GTEFBC), formado por
82 quatro membros, recomendamos que sejam do quadro efetivo de servidores do magistério.
83 Elenca-se também a necessidade de elaborar materiais pedagógicos para esse fim (ou
84 adquiri-los junto a parcerias), a divulgação das ações, entre outros custos. Apesar de apontar
85 que estas ações serão desenvolvidas com recursos próprios, o programa não aponta uma
86 estimativa de custos aos cofres municipais. Apesar da relevância e das boas práticas que
87 pretende inspirar, torna-se difícil a mensuração de seus resultados objetivos, ou o
88 estabelecimento de indicadores que ajudem a demonstrar sua extensão para a melhoria da
89 Educação municipal, ficando provavelmente limitado ao número de indivíduos participantes.
90 Existe ainda, a questão de fundo ideológico do programa. Não foram encontrados artigos
91 científicos que apresentem evidências quantitativas dos benefícios do programa, somente

92 avaliações subjetivas do tema. A esse respeito, destacamos dois trechos, de pesquisadores
93 distintos: para Campanha e Tenório (2017, p.1) A conclusão a que se chega é a de que a
94 defesa de uma proposta de educação para a cidadania baseada unicamente em uma relação
95 onerosa entre cidadão e Estado parece inapropriada, uma vez que qualifica o cidadão tal
96 qual um “acionista”, com a responsabilidade de investir no Estado para ter o direito de
97 receber algum serviço ou informação. Sob essa ótica, a cidadania deixa de ser o resultado
98 de conquistas históricas da sociedade humana para se reduzir a uma relação funcionalista
99 e gerencial entre fisco e contribuinte. Em outro trabalho, desenvolvido por Reis et al.
100 podemos destacar “*consequentemente, permanece a intenção de se ter um programa a mais
101 para a administração pública, como apêndice, do que um instrumento de gestão da
102 eficiência, como requer o serviço público*” (2012, p.52). Considerando, finalmente os
103 aspectos e impactos pedagógicos dessa proposta, compreendemos que qualquer processo
104 educativo, segundo o conjunto de concepções que estruturam o trabalho pedagógico no
105 âmbito das Unidades Escolares da Rede Municipal de Educação, é norteador pela relação
106 imbricada entre os sujeitos históricos desse processo e as determinações objetivas desse
107 processo e desses sujeitos. Essa é uma premissa fundamental da concepção pedagógica
108 da Proposta Curricular de Balneário Camboriú (PCBC) aprovada e publicada em 2021.
109 Assim: O objeto da educação na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural se torna a
110 apropriação dos conhecimentos produzidos historicamente que levam a esta transformação.
111 Assim, por meio da educação os indivíduos associados devem apropriar-se do
112 conhecimento associado (grifo nosso). (Balneário Camboriú, 2021, p. 41) O texto da PCBC
113 segue afirmando que o processo educativo, enquanto totalidade, em sua finalidade, resulta
114 da mediação da relação dos seres de nossa espécie na perspectiva de produzir os
115 elementos materiais para sua sobrevivência e desenvolvimento. Ele é fruto da percepção de
116 necessidades que, ao serem atendidas, produzem nossa cultura e ressaltam nossa
117 humanidade. Nesse sentido:[...] os processos educativos ganham relevo tendo em vista que
118 é pela necessária apropriação dos objetos, na sua verdadeira função social, que cada novo
119 ser da espécie produz em si as características-qualidades especificamente humanas.
120 (Balneário Camboriú, 2021, p. 45). Desta maneira, compreendemos, a partir dos
121 fundamentos teóricos adotados pela PCBC, que este processo educativo deve partir do
122 fundamento real das necessidades dos estudantes. Há, nessa perspectiva, a tradução
123 dessas necessidades históricas num currículo cuja concepção apresentada articula, orienta
124 e torna exequível essa práxis pedagógica. Entendemos que qualquer proposta pedagógica
125 complementar ao Projeto Político Pedagógico das Unidades da Rede Municipal de Ensino
126 de Balneário Camboriú deve respeitar o conjunto efetivo das concepções da PCBC. Desse
127 modo, seria desejável que o conteúdo desta proposta fosse fomentado a partir da realidade
128 dos estudantes que são o seu alvo e não o contrário. Ou seja, os estudantes não deveriam
129 ter que anuir à proposta apresentada de modo apenas prescritivo. Em vez disso, o programa
130 deve abraçar, enquanto concepção, o “nascer” dessa ideia como uma necessidade dos
131 próprios estudantes e não mais uma “tarefa” para a qual eles não veem sentido. III -
132 **CONCLUSÃO:** Considerando o exposto no parecer sobre a Minuta de Lei do Programa de
133 Educação Fiscal de Balneário Camboriú (PEFBC), e após análise dos seus fundamentos,
134 viemos apresentar o voto. O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) teve origem na
135 década de 1990 como uma ação interministerial, inicialmente proposta pelo Conselho
136 Nacional de Política Fazendária (Confaz). O objetivo central do programa sempre esteve
137 pautado na conscientização dos cidadãos quanto às suas obrigações tributárias, vinculando



138 essa prática ao exercício da cidadania. Em Santa Catarina, a temática já se encontra
139 presente no Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território
140 Catarinense, estando disponível, inclusive, material de apoio para os professores e
141 professoras. A minuta da Lei do Programa de Educação Fiscal de Balneário Camboriú
142 (PEFBC) alinha-se aos princípios e diretrizes do PNEF, buscando ampliar a conscientização
143 sobre a importância dos tributos e sua destinação para o bem comum. A iniciativa contribui
144 para a formação cidadã dos estudantes e da comunidade, fortalecendo a transparência e a
145 participação social na gestão pública. No entanto, para garantir sua efetividade e aceitação,
146 alguns ajustes são recomendados. INDICAÇÕES: Em primeiro lugar, sugere-se que o
147 processo de implementação do programa siga a lógica estabelecida no documento base do
148 PNEF, priorizando ações de sensibilização e formação antes da formalização do programa.
149 Dessa forma, seria possível garantir maior adesão da comunidade escolar e da sociedade
150 em geral, reduzindo possíveis resistências. Outro ponto a ser ajustado diz respeito ao
151 contexto atual da Educação em Balneário Camboriú. Considerando os desafios estruturais,
152 materiais e pedagógicos enfrentados pela rede municipal, recomenda-se que a
153 implementação do programa ocorra de forma gradual, evitando impactos negativos sobre
154 outras demandas prioritárias, como ampliação de vagas, reforço escolar e acesso a
155 tecnologias educacionais. Além disso, a minuta prevê a criação de um Grupo de Trabalho
156 do Programa de Educação Fiscal de Balneário Camboriú (GTEFBC), composto por quatro
157 membros, bem como a produção de materiais pedagógicos e ações de divulgação,
158 entendemos ser primordial que estes membros sejam do quadro efetivo de servidores do
159 magistério público municipal e para garantir a viabilidade financeira do programa, sugere-se
160 a inclusão de uma estimativa detalhada de custos e fontes de financiamento, promovendo
161 maior transparência e previsibilidade orçamentária. Recomenda-se ainda que o programa
162 adote uma abordagem pedagógica que contemple não apenas a relação entre o cidadão e
163 o Estado sob uma perspectiva tributária, mas também uma visão ampla da cidadania, dos
164 direitos sociais e da participação democrática. Dessa maneira, visando ajustar o texto às
165 concepções pedagógicas da PCBC sugerimos algumas alterações na redação do texto legal:
166 Onde se lê: "Art. 2º considera-se educação fiscal, para fins desta Lei, o conjunto de ações
167 mediante as quais o indivíduo e a coletividade constroem valores, conhecimentos e atitudes,
168 voltados à gestão e ao controle de recursos públicos de forma responsável, com base no
169 exercício da cidadania e da corresponsabilidade, usando o bem comum, melhoria da
170 qualidade de vida e a sustentabilidade social, podendo ser desenvolvida por meio de
171 campanhas educativas e parcerias institucionais." Leia-se: Art. 2º considera-se educação
172 fiscal, para fins desta Lei, o conjunto de processos de ensino-aprendizagem mediante os
173 quais a comunidade escolar constrói uma práxis de valores, conhecimentos e atitudes, que
174 orientam o uso racional de recursos públicos de forma responsável, com base no exercício
175 da cidadania e da corresponsabilidade, usando o bem comum, melhoria da qualidade de
176 vida e a sustentabilidade social, podendo ser desenvolvida por meio de campanhas
177 educativas e parcerias institucionais. No artigo 3º onde se lê: II – Promover o conhecimento
178 e a conscientização dos estudantes e da comunidade, sobre a função social dos tributos no
179 financiamento das políticas públicas e a importância da participação cidadã na gestão
180 pública com vistas ao exercício do controle social; Leia-se: II – Articular o conhecimento e a
181 conscientização dos estudantes e da comunidade, sobre a função social dos tributos no
182 financiamento das políticas públicas e a importância da participação cidadã na gestão

183 pública com vistas ao exercício do controle social; Onde se lê: VII – fortalecer, por meio
184 de ações relacionadas à Educação Fiscal, o comportamento ético na administração pública
185 e na iniciativa privada, no combate a pirataria, à corrupção e à sonegação. Leia-se: VII -
186 fortalecer, por meio de processos pedagógicos relacionados à Educação Fiscal, o
187 comportamento ético na administração pública e na iniciativa privada, no combate a pirataria,
188 à corrupção e à sonegação. Sugerimos a supressão da palavra "propiciar" do item VIII.
189 Sugerimos ainda que algumas correções ortográficas sejam feitas: No artigo 4º, parágrafo
190 único, deve-se acentuar a palavra " parágrafo". Nesse mesmo artigo, em seu item II deve-
191 se acentuar a palavra "técnica". No artigo 5º, seguindo a redação do Art. 3º, item I,
192 acrescentar o termo "interdisciplinar". Recomendamos, por fim, uma revisão ortográfica do
193 texto. **VOTOS DO RELATORES:** Diante dos ajustes propostos, e considerando a relevância
194 da iniciativa para a formação cidadã, o voto desta relatoria é **favorável** à aprovação da
195 minuta de Lei do Programa de Educação Fiscal de Balneário Camboriú (PEFBC), com a
196 recomendação de que sejam feitas as adequações necessárias para garantir sua
197 implementação alinhada às demandas educacionais do município. Na sequência, Leandro
198 refuta declarações do Vereador Naifer Neri, que teria classificado a proposta como
199 "ideológica e de esquerda". O Conselheiro ressaltou que a iniciativa tem origem no período
200 de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, quando Pedro Malan ocupava o
201 cargo de Ministro da Fazenda. Destacou que programas de Educação Fiscal são adotados
202 por diferentes esferas governamentais, incluindo o Governo do Estado, o Município de
203 Joinville e o Governo Federal. Por fim, enfatizou a importância da análise técnica da proposta
204 e a necessidade de um encaminhamento adequado ao Poder Legislativo para deliberação e
205 aprovação. O Professor Marcos Antonio expressou preocupação com a implementação do
206 programa sem a consulta prévia aos profissionais da área, mencionando como exemplo o
207 programa de empreendedorismo do SEBRAE, que, por não contar com o envolvimento
208 adequado dos docentes, não obteve sucesso na cidade. Antes da votação, a professora
209 Dayane solicitou a Leandro a viabilidade da implantação de um sistema para gravação das
210 reuniões do CONSEME, com o intuito de garantir maior transparência. O administrador
211 Wilson Vieira Filho sugeriu o uso de programas como o Microsoft Teams, que, além da
212 gravação, possibilita a realização de votações online. Todas as dúvidas relacionadas ao
213 parecer foram sanadas, o parecer foi submetido à votação e aprovado por unanimidade. Na
214 palavra aberta, Leandro informou que a Lei nº 5.001 homologou a nova reforma
215 administrativa, com destaque para os cargos de chefia na área da saúde. Ele apontou as
216 dificuldades na identificação de servidores de carreira para ocupar tais funções e ressaltou
217 a necessidade de designação de um assessor técnico de carreira para funções técnico-
218 pedagógicas. Ademais, reiterou o pedido de equipamentos ou plataformas adequadas para
219 a gravação das reuniões, colocando-se à disposição para auxiliar nessa demanda. Ao final,
220 a Professora Dayane encerrou a reunião, desejando uma boa tarde a todos e lembrando da
221 próxima reunião ordinária, agendada para o dia vinte e seis de março de dois mil e vinte e
222 cinco, às quatorze horas, presencialmente, na Casa dos Conselhos. Nada mais havendo a
223 tratar, eu, Wilson Vieira Filho, lavrei a presente ata, que será assinada por mim e pelos
224 demais membros.
225